



Métodos e ferramentas digitais na pesquisa em história:

Abordagem metodológica na análise do termo pós-abolição nos papers dos Simpósios Nacionais de História da ANPUH (2013-2019)



Priscila Valverde

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Brasil

priscila.valverde2010@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7216-0797>



Eric Brasil

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Brasil

profericbrasil@unilab.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5067-8475>

Resumo

O presente artigo busca discutir sobre a pesquisa histórica em meios digitais. Para isso, iremos apresentar o caminho metodológico e alguns resultados encontrados no projeto PIBIC/UNILAB “Pós-abolição: usos, sentidos e produções acadêmicas (2004-2019)” e na monografia dele decorrente “Entre o Pós-Abolição e a História Digital: usos e sentidos do termo pós-abolição nos Simpósios Nacionais de História da ANPUH (2013-2019)”, onde nos propomos a analisar o uso do termo “pós-abolição” nos Simpósios Nacionais de História da ANPUH. Para isso, usamos uma metodologia combinada entre técnicas digitais e metodologias tradicionais da pesquisa em humanidades. Na primeira etapa, utilizamos o Zotero para a construção de uma biblioteca pública com referências de diversas áreas das Humanidades Digitais. Na segunda etapa, passamos a trabalhar com um *data set* (base de dados) resultante da raspagem de dados feita por um script em linguagem de programação *python*, desenvolvido em parceria com o LABHDUFBA. Esse *data set* é composto pelos arquivos em PDF dos papers publicados nos Anais dos Simpósios Nacionais de História da ANPUH (entre os anos de 1963 a 2019). Em função da criação do GT Nacional Emancipações e Pós-Abolição (Gtep) no ano de 2013, esse *data set* foi recortado, criando um novo *data set* contendo apenas os papers dos eventos entre 2013 e 2019, com um total de 6.043 PDFs. Em seguida, construímos a estrutura de análise para a base de dados, catalogamos e analisamos os dados no Atlas.ti 7, um software proprietário de apoio à análise qualitativa de dados. Nessa análise, selecionamos 185 papers nos quais encontramos a ocorrência dos termos “pós-abolição / pós-emancipação / pós-abolicionismo”. Esses papers foram lidos e codificados através de uma árvore de códigos englobando recortes temporais, espaciais, temáticos e analíticos, e códigos para título, autoria, formação e instituição. Concluímos que o termo pós-abolição tem sido utilizado em temáticas bem variadas, com destaque para trabalho, memória e trajetória, que a maioria dos estudos tem como recorte temporal os séculos XIX e XX, e especialmente as pesquisas, apesar da variedade, estão concentradas nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia. Constatamos que, apesar da utilização do termo, encontramos pouquíssimas reflexões teóricas, esforços de definição ou mesmo delimitação explícita dos sentidos do “pós-abolição” nessas quase duas centenas de papers.

Palavras-chave:

Historiografia; Métodos Digitais; História Digital; ANPUH; Pós-Abolição;





Resumen

Este artículo reflexiona sobre las investigaciones históricas en medios digitales. Presentamos la estrategia metodológica y algunos de los resultados preliminares del proyecto PIBIC/UNILAB “Post-abolición: usos, sentidos y producciones académicas (2004-2019)”, y de la monografía resultante “Entre la post-abolición y la historia digital: usos y significados del término post-abolición en los Simposios Nacionales de Historia de la ANPUH (2013-2019)”, donde analizamos el uso del término “post-abolición” en los Simposios Nacionales de Historia de la ANPUH. Para ello, utilizamos técnicas digitales y metodologías de las humanidades. En la primera etapa, utilizamos Zotero para la construcción de una biblioteca pública con referencias de diversas áreas de las Humanidades Digitales. En la segunda etapa, trabajamos con un *data set* (base de datos) resultante del *scraping* de datos realizado por un *script* en lenguaje de programación *python* desarrollado en colaboración con el LABHDUFBA. El *data set* está compuesto por los archivos PDF de los artículos publicados en las memorias de los Simposios Nacionales de Historia de la ANPUH (entre los años 1963 y 2019). En función de la creación del Grupo de Trabajo Nacional “Emancipaciones y Pos-abolición” (Gtep) en 2013, el *data set* fue recortado, creando un nuevo *data set* que contiene los artículos de los eventos realizados entre 2013-2019, con un total de 6.043 PDFs. A continuación, construimos la estructura de análisis para la base de datos, catalogamos y analizamos los datos en Atlas.ti 7, un software de apoyo al análisis de datos cualitativos. En este análisis, seleccionamos 185 artículos en los que encontramos la aparición de los términos “post-abolición / post-emancipación / post-abolicionismo”. Estos artículos fueron leídos y codificados a través de un árbol de códigos que abarca secciones temporales, espaciales, temáticas y analíticas, y códigos de título, autoría, nivel de formación e institución. Concluimos que el término post-abolición se ha utilizado en temas muy variados, con énfasis en el trabajo, la memoria y la trayectoria. La mayoría de los estudios tienen como marco temporal los siglos XIX y XX, y espacialmente, las investigaciones se concentran en los estados de Río de Janeiro, São Paulo y Bahía. Encontramos que, a pesar del uso del término, hay muy pocas reflexiones teóricas, esfuerzos por definir o delimitar explícitamente de los significados de la “post-abolición” en los casi doscientos artículos analizados.

Palabras Clave:
Historiografía; Métodos Digitales; Historia Digital; ANPUH; Post-Abolición.

1. Introdução

Este artigo consiste na apresentação e avaliação crítica da metodologia e de parte dos resultados alcançados no Projeto de pesquisa “Pós-abolição: usos, sentidos e produções acadêmicas (2004-2019)”, coordenado por Eric Brasil e na monografia dele decorrente “Entre o Pós-Abolição e a História Digital: usos e sentidos do termo Pós-Abolição nos Simpósios Nacionais de História da ANPUH (2013-2019)”, de autoria de Priscila Valverde Silveira. Ambos pretendem caracterizar as produções historiográficas acadêmicas no Brasil sobre o Pós-Abolição a partir dos Anais dos Simpósios Nacionais de História da Associação Nacional de História-ANPUH, desde a fundação do GT Emancipações e Pós-Abolição em 2013, até o 30º Simpósio



Nacional de História em 2019. O projeto contou com o financiamento UNILAB na forma de uma bolsa de iniciação científica.¹

Para tanto, utilizamos um *data set* composto de 185 papers em formato PDF, o qual foi analisado com o software de apoio a pesquisa qualitativa ATLAS.ti 7 buscando compreender de que maneiras o termo pós-abolição têm sido aplicado nos Simpósios Nacionais de História da ANPUH.

Como apontou Marc Bloch, a história se faz a partir dos vestígios deixados pelo homem (BLOCH, 2002). Hoje encontramos vestígios de uma sociedade cada vez mais informatizada, onde cada um de nós produz rastros digitais cotidianamente, o que leva a uma *dataficação* da vida social (SOUTHERTON, 2020, p.1-4). O estudo das sociedades humanas em seu tempo tornou-se indissociável da tecnologia digital? Em alguns anos, senão agora, toda História não será digital?

A partir dessas questões, buscamos construir um diálogo entre a produção historiográfica acerca do termo pós-abolição no Brasil e a utilização de ferramentas digitais de pesquisa apontando possibilidades de utilização de dados digitais como fonte historiográfica, colaborando com o campo da História Digital. Para isso, dividimos o artigo em três seções: uma breve discussão teórica sobre o termo pós-abolição pautada na bibliografia recente; em seguida, buscaremos refletir sobre a utilização de dados digitais na historiografia e apresentaremos a metodologia utilizada - o que consiste na abordagem central deste artigo-, por fim, faremos a apresentação dos dados quantitativos e uma breve análise qualitativa dos resultados encontrados.

2. O termo “pós-abolição” na historiografia recente

O pós-abolição no Brasil possui como marco cronológico o desmonte total do regime escravista enquanto sistema jurídico, através da Lei 3.353, promulgada no dia 13 de maio de 1888. No entanto, a maior parte da população negra no Brasil - último país independente das Américas a abolir a escravidão - na data da abolição, já era livre, o que se relaciona a uma taxa importante de alforrias entre os séculos XVII e XVIII, à intensificação das ações abolicionistas por todo século XIX e, sobretudo, pela constante mobilização de escravizados pela conquista de sua liberdade (CHALHOUB, 2011). O fim do regime escravista marca o início de um novo período na sociedade Brasileira, seguido pela instauração do Regime Republicano em 1889, com o fim do direito à propriedade sobre os corpos negros. Para a população egressa do cativeiro e seus descendentes, esta nova configuração político-social deveria garantir direitos que, durante o regime escravista, dependiam exclusivamente do poder senhorial, e, principalmente, deveria assegurar juridicamente o direito à liberdade e à cidadania.

No entanto, a abolição não garantiu a esta população a possibilidade de uma emancipação completa, pois, se durante a escravidão as hierarquias sociais estavam pautadas no pressuposto

¹ Agradecemos ao apoio institucional da Unilab através do programa de bolsa de iniciação científica; ao Laboratório de Humanidades Digitais da UFBA e seu coordenador Leonardo Nascimento pelo suporte técnico e metodológico. Agradecemos também à Ana Carolina Veloso pela parceria e trabalho no projeto, à Maria Claudia Cardoso e à Anita Luchesi pelas contribuições durante a defesa da monografia. Um agradecimento especial à Ana Flávia Magalhães Pinto pelo compartilhamento de reflexões acerca do pós-abolição.





de raças de forma clara e assegurada, no pós-abolição as estruturas raciais foram reconfiguradas, continuando intrínsecas, mas sustentada sob outros elementos (OLIVEIRA, 2017, p. 27). A ausência de políticas públicas que atendessem a problemas específicos da população negra no Brasil, e que buscassem diminuir as desigualdades foram negligenciadas e mesmo convertidas em políticas que só reforçaram as práticas racistas e que afundavam ainda mais esta população em um abismo de desigualdades (BRASIL, 2016, p. 73).

Na historiografia brasileira, o termo pós-abolição começa a ganhar destaque na década de 1990, mas tem sua consolidação nos anos 2000, principalmente após a publicação em 2004 do artigo “O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas” de Ana Lugão Rios e Hebe Matos. Nesse artigo, as autoras apontam a centralidade das ações provenientes da população egressa do cativeiro como fator para compreender os sentidos e estratégias destas populações após a abolição. A interpretação histórica baseada numa perspectiva de fronteiras agrárias abertas/fechadas ou ainda do silêncio sobre a cor nas análises sobre as primeiras décadas do regime republicano induziu a um desaparecimento da população negra da historiografia. A partir do diálogo com os trabalhos da História Social da Escravidão e da História Oral, Memória, História Social da Cultura e ainda os debates sobre raça e racismo na sociedade brasileira, as autoras apontam uma nova perspectiva historiográfica, que possibilita a população negra emergir no processo histórico sob diversos caminhos que desabilitam os conceitos racistas pautados biologicamente sob os pressupostos de inferioridade.

As autoras apontam a necessidade de a historiografia encarar esse período como um campo de estudo específico, independente do campo da história da escravidão. Obviamente, o princípio básico para a compreensão do pós-abolição é sua própria ligação com o fim da escravidão. Entretanto, essa distinção é importante, segundo as autoras, para que possamos analisar as diferentes formas, atualizações, transformações e permanências das relações raciais e sociais no Brasil nos últimos 130 anos após o fim do regime escravista.

Como o termo pós-abolição no Brasil tem uma conotação especificamente ligada ao 13 de maio de 1888 e ao fim completo do sistema escravista, ele traz consigo o sentido de marco temporal. Entretanto, também possui uma dimensão de marco teórico, por possibilitar a análise de experiências sociais de pessoas negras livres numa sociedade sem escravidão, mas que mantém e recria formas de hierarquização racial e social.

Para Petrônio Domingues e Flávio Gomes, o pós-abolição no Brasil:

Foi um período de longa duração, abrangendo desde a propaganda abolicionista (e operária, vertente pouco conhecida), em cidades como o Rio de Janeiro, Santos, São Paulo, Porto Alegre e Salvador dos anos 1880 até os movimentos sociais de luta antirracista na época da redemocratização, cerca de uma centúria depois. Histórias diversas envolvendo biografias e instituições [...] Acompanhar seu processo histórico também significa - e isso precisa ser enfatizado - invadir outras veredas da história do Brasil republicano, envolvendo espaços, tempos e agências variadas. (GOMES e DOMINGUES, 2011, p. 9-10).



Fernanda Oliveira, em sua tese de doutorado, aponta o campo de estudo do pós-abolição como um diálogo entre os estudos da escravidão e a herança desta para o período subsequente, afirmando que:

O campo de estudos do pós-abolição é entendido não como dissociado dos estudos da escravidão, tampouco como legado daquele período, o que diferencia é o foco do olhar nos diálogos abertos com a abolição. É estritamente nesse sentido que adoto o pós-abolição: como campo de estudos que oferece um repertório de análises, cujo problema histórico está centrado nas experiências de liberdade, e especialmente de cidadania, de pessoas escravizadas e seus descendentes após a abolição da escravidão, identificados e hierarquizados nas relações sociais por termos que evocam uma ideia de raça. (OLIVEIRA, 2017, p. 27).

Portanto, o pós-abolição é um termo que possibilita estudar não apenas sujeitos históricos negros, mas sim é uma chave analítica para toda a história do Brasil.

Diante da emergência de eventos, publicações e projetos de pesquisa no Brasil sobre o pós-abolição nos anos 2000, e da grande adesão em Simpósios Temáticos vinculados ao tema nos Simpósios Nacionais de História da ANPUH, um grupo de historiadores e historiadoras se reuniu no XXVII Simpósio Nacional, na cidade de Natal em 2013, e fundou o Grupo de Trabalho Nacional Emancipações e Pós-abolição (Gtep). Desde então, o pós-abolição vem se consolidando como um campo historiográfico autônomo, que aborda variados caminhos teóricos e metodológicos e fornece um vasto campo para a história nacional e para entender conjunturas sociais.²

Dada a crescente importância do termo nas pesquisas e por entendermos o pós-abolição sob uma ótica da historiografia atual enquanto um campo teórico-metodológico vasto, mas que ainda tem muitas possibilidades de crescimento, e diante da importância das publicações decorrentes dos Simpósios Nacionais de História da ANPUH para a produção historiográfica no Brasil, nos propomos a analisar de que maneira o termo tem sido utilizado em tais publicações a partir de 2013, ano de fundação do Gtep.

3. Reflexões teórico-metodológicas sobre a utilização de fontes digitais na pesquisa historiográfica

Segundo Zaagsmabmgn (2013, apud TELLES 2017, p. 84), é nos Estados Unidos, na década de 1960, influenciada pela Nova História Econômica, que se percebe inicialmente o interesse em analisar dados quantitativos com computadores. Análises de grandes corpus textuais tam-

² As experiências de liberdade de africanos e seus descendentes nas Américas não se iniciam com o 13 de Maio de 1888. Pelo contrário, desde o estabelecimento do regime escravista no Brasil que a conquista da liberdade é projeto, esperança e expectativa das populações escravizadas. Nesse sentido, o próprio Gtep incorpora as variadas emancipações em seu escopo, possibilitando a inclusão de debates sobre experiências de liberdade anteriores à abolição definitiva. Entretanto, entendemos que para o Brasil, histórica e politicamente é importante compreender quais os caminhos das relações sociais e raciais após a extinção da condição jurídica de escravidão.



bém formam uma importante vertente do que seria chamado futuramente de Humanidades digitais, tendo como marco importante o projeto Index Thomisticus de Roberto Busa, tendo início nos anos 1940 e se estendendo por mais de 30 anos, cujo objetivo era indexar todas as palavras dos textos de Santo Tomás de Aquino (ROCKWELL; PASSAROTTI, 2019). Após isso, o campo passou por longo período de ascensão, perdendo espaço na década de 1980 para análises mais voltadas para a narrativa histórica.

No entanto, em 1980 com a popularização do uso dos computadores e em 1990 com a criação da internet, bases de dados foram criadas com a digitalização de fontes históricas e discussões online foram implementadas como prática acadêmica, além do fomento de projetos institucionais na área de comunicação e de preservação de patrimônio (TELLES, 2017).

Telles argumenta que inicialmente a História Digital parte das reflexões sobre a digitalização de várias formas de arquivo para o historiador, o uso do computador na prática de pesquisa, além da utilização dos meios digitais como forma de difusão de conhecimentos históricos, o que recai na discussão sobre História Pública (TELLES, 2017).

Entretanto, é importante destacar que os debates sobre os caminhos da historiografia digital apontam para uma variedade de filiações teóricas e metodológicas ao longo do século XX. Segundo Crymble, é mais correto buscarmos compreender as múltiplas histórias por trás desse processo, analisando as diferentes práticas e reflexões que precederem o próprio termo história digital (CRYMBLE, 2021). Já em 2014, Anitta Luchesi propôs uma análise comparativa entre a Digital History estadunidense e a Storiografia Digitale italiana, pensando as diferentes abordagens e objetos de pesquisa, e sobretudo como impactam na epistemologia da história (LUCHESE, 2014).

Essas reflexões são extremamente importantes, e, partindo delas, propomos também refletir sobre as possibilidades de utilizarmos dados que são próprios dos meios digitais como fontes históricas. Mathew Salganik aponta dois padrões de dados como fundamentais para a pesquisa nos meios digitais, os dados *readymades* (prontos) e os *custommades* (personalizados) (SALGANIK, 2018).

Essa diferenciação, embora esteja em sua obra apresentada no âmbito da Ciência Social Computacional, se estende a análise de dados digitais para qualquer disciplina pois, trata de compreender a possibilidade de utilização de fontes criadas em seu fim específico ou fontes que são remodeladas e adequadas passando a serem utilizadas com outra finalidade que não a de sua criação.

Assim, os papers publicados nos Anais da ANPUH, à primeira vista, podem ser identificados como dados *readymades*, por estarmos construindo uma análise a partir da finalidade específica para a qual foram criados: análise da produção historiográfica em determinado recorte temporal. No entanto, esses mesmos dados passaram por um processo de ressignificação (*re-purpose*, nas palavras de Salganik) ao utilizarmos seus metadados não apenas como um dado de identificação, mas como um dado analítico que pode indicar tendências específicas sobre a produção historiográfica acerca do pós-abolição, constituindo uma base de dados específica para análise. Ou seja, nos apropriamos de um conjunto de dados, os reorganizamos como dados tabulares, extrapolando sua finalidade original, tornando-os *custommades*. Assim, observando



mais detalhadamente nossos papers, os nossos dados representam uma combinação desses dois padrões propostos por Salganik (2018).

Jensen (2020) define os metadados como:

Metadados são, em sua essência, dados sobre dados, pode ser, o que normalmente foi registrado em uma auxílio de busca (por exemplo, data, criador e local). Mas também pode ser muito mais do que isso, incluindo descrições de assunto muito detalhadas espalhadas por categorias que descrevem qualquer coisa, desde conteúdo a material, necessidade de preservação ou direitos autorais (JENSEN, 2020, p.9, a tradução é nossa).

Os metadados, portanto, “explicam, contextualizam, conferem veracidade ao documento” (BRASIL E NASCIMENTO, 2020, p. 202). A análise de alguns metadados já presentes nos papers como instituição, autoria, titulação e, a construção de outros através de identificadores criados nas etiquetas do Atlas.ti, como recorte espacial e recorte temporal, nos indicaram alguns aspectos dos perfis de autores e das produções, possibilitando a identificação de tendências de correntes historiográficas no campo.

Passando da discussão da identificação de fontes em meios digitais para a análise historiográfica da fonte em si, podemos buscar entender inicialmente o uso das fontes digitais sob três aspectos.

Em primeiro lugar, sobre o que pode ser compreendido como um documento utilizado como fonte historiográfica, “o que entendemos efetivamente por documentos senão um ‘vestígio’, quer dizer, a marca, perceptível aos sentidos, deixada por um fenômeno em si mesmo impossível de captar?” (BLOCH, 2002). Assim, podemos entender que as fontes podem ser qualquer vestígio decorrente de alguma ação humana no tempo. Refletindo sobre a possibilidade da pesquisa historiográfica em meios digitais, existe uma variedade de fontes possíveis que ainda são recentes para nossa disciplina: as redes sociais, imagens publicadas em sites, etc. Contudo, queremos propor aqui especificamente pensar os ‘vestígios’ deixados pela produção das publicações acadêmicas em meios digitais - que em certa medida podem ser compreendidas como fontes diretas pois foram construídas com finalidade historiográfica. E por isso escolhemos tratar dos papers dos Simpósios Nacionais de História da ANPUH, principal evento bienal da área no Brasil, congregando pesquisadores e pesquisadoras de todo país.

Em segundo lugar, salientando a importância do caráter subjetivo do ofício do historiador de entender além do que intencionalmente foi registrado nos documentos, buscamos analisar não apenas o corpo das publicações em si, mas também o conjunto da escrita associada a seus metadados (informações sobre as publicações).

E em terceiro lugar, entendendo a importância da construção de boas perguntas sobre o objeto de pesquisa, diante do caminhar da sociedade contemporânea, da qual a tecnologia digital é indissociável, hoje encontramos nesses meios os ‘vestígios’ de uma sociedade informatizada, fazendo-se imprescindível que nos adequemos a esses novos meios se quisermos acompanhar os registros dessa sociedade. Ainda atentos ao que Marc Bloch relata:





Velho medievalista, confesso não conhecer leitura mais atraente do que um cartulário. É que sei aproximadamente o que lhe perguntar. Uma coletânea de inscrições romanas, em contrapartida, me diz pouco. Se com dificuldade consigo lê-las, não sei solicitá-las (BLOCH, 2002, p.79).

Ou seja, parafraseando o historiador francês: uma coletânea de tweets ou milhões de metadados sobre publicações acadêmicas ou um jornal digitalizado dirão pouco aos historiadores que não conseguirem lê-los de forma adequada, com ferramentas e habilidades coerentes com suas especificidades. Como afirmam Brasil e Nascimento:

Quando um registro histórico — seja ele um manuscrito, uma carta, uma edição de jornal, uma foto, um livro etc. — converte-se, por meio de algum processo computacional, em um documento digital, ocorre aí uma mudança que dificilmente poderia ser considerada trivial. Apesar de a informação contida na fonte continuar “sendo a mesma” — no sentido de que a digitalização não alteraria substancialmente o conteúdo do registro histórico —, podemos dizer que a modificação na “materialidade” da fonte histórica nos conduz, inevitavelmente, a uma nova condição em relação ao modo de lidarmos com a informação ali contida. (BRASIL e NASCIMENTO, 2020, p. 201).

Sobre a reflexão acerca da utilização das fontes em meios digitais, Helle Jensen (2020) aponta como um dos aspectos centrais a necessidade de entender a política da instituição que organiza e publiciza tais fontes, além de entender a lógica desses processos pois, “A qualidade da pesquisa histórica depende da compreensão dessas lógicas porque elas tem consequências metodológicas” (JENSEN, 2020, p.2, tradução nossa).

Neste sentido, sabemos que as publicações dos *papers* da Anpuh passaram por um conjunto de procedimentos metodológicos de avaliação próprios da academia, e que os interesses da publicização de tais conteúdos estão associados a difundir conhecimento epistêmico de acordo com as recomendações éticas da escrita historiográfica.

Por conseguinte, é importante nos perguntarmos quais as vantagens dos métodos digitais para a pesquisa historiográfica? Ao longo desse artigo buscamos responder essa questão através da apresentação de uma aplicação prática de métodos e ferramentas digitais para o enfrentamento de um problema teórico. Mas já podemos adiantar alguns elementos fundamentais. Primeiro, a possibilidade de trabalhar em volumes maiores de dados de maneira automatizada em um menor espaço de tempo. Certamente não conseguiríamos ler as 6.434 publicações no período de vigência do projeto sem o auxílio de uma ferramenta digital de análise e suas potencialidades. Segundo, minimizam-se erros e possibilita-se o registro dos procedimentos metodológicos de forma mais eficiente e recuperável. Terceiro, tratando dados em larga escala, podemos construir perguntas sobre o panorama conceitual de determinado objeto em espaços específicos ou múltiplos. Quarto, a possibilidade de publicização gratuita e acessível para um número imensurável de pessoas. Quinto, a possibilidade de conservação das fontes em um ambiente diferente



do espaço físico, o que diminui as chances de perda total das informações (embora não seja impossível). Passemos ao detalhamento técnico e metodológico da pesquisa.

Elaboramos uma metodologia de pesquisa para o projeto, visando otimizar o tempo, mas também ampliar as possibilidades de análise. Para sua aplicação foi necessária uma formação técnica, que se deu através de capacitações realizadas pelo Laboratório de Humanidades Digitais da UFBA (LABHD-UFBA) e pelo professor Eric Brasil em formato de *workshop*. Buscamos utilizar ferramentas de código aberto, entretanto, o programa de análise qualitativa Atlas.ti é proprietário e a licença utilizada nessa pesquisa pertence ao LABHD-UFBA, a quem agradecemos pela parceria e colaboração constante.

No intuito de corroborar com a produção de suporte teórico e metodológico para a pesquisa em história através da utilização de ferramentas digitais de pesquisa com dados públicos, buscamos no projeto construir uma biblioteca pública de referências no gerenciador de referências Zotero. Entendemos a necessidade de acessibilidade às informações gratuitas e a qualificação na utilização dos meios digitais como parte da formação docente a fim de enfrentar as desigualdades educacionais, que muito têm se estabelecido em decorrência de uma política educacional que por vezes não está atenta às diferenças sociais, raciais e de gênero, sobretudo a partir do golpe contra a presidenta Dilma Roussef em 2016 e as políticas federais desde então. Essa biblioteca, denominada História Digital, foi desenvolvida em conjunto com a discente Ana Carolina de Oliveira Veloso do curso de História (IHLM-UNILAB), bolsista Pibic/Fapesb no projeto “História Digital: acervo e ferramentas digitais para pesquisa e ensino”.

A biblioteca é sediada por um grupo público no servidor online do Zotero, que é um gerenciador bibliográfico gratuito e de código aberto, que, entre outras funções, permite sincronização entre dispositivos e o servidor através de uma conta online na página do software. Consiste em um banco de dados composto por diversas publicações da área de Humanidades Digitais. Utilizamos ainda o gerenciador para fazer o levantamento bibliográfico do projeto e a criação das referências e citações de relatórios da pesquisa, além de utilizá-lo para auxílio deste próprio artigo. Atualmente a biblioteca conta com dezenove membros e mais de 300 documentos organizados em treze seções e pode ser acessada nesse [link](#).

Após a construção da biblioteca História Digital, iniciamos as etapas de coleta, organização, tratamento e análise dos dados. Assim, utilizamos um *script* de raspagem de dados em linguagem Python 3.8 desenvolvido pelo professor Eric Brasil em parceria com o LABHDUFBA para coletar os *papers* nos anais dos Simpósios da ANPUH. *Python* é uma linguagem de programação orientada a objetos com vasta utilização no campo das humanidades digitais, possuindo inúmeras bibliotecas úteis para análise de dados históricos. O *script* funciona como uma lista de comandos que devem ser executados numa determinada ordem. Inicialmente ele acessa as URLs de todos dos Anais dos SNH da ANPUH e itera em cada uma delas, salvando as informações sobre os papers e efetuando o download do pdf correspondente. O código e a documentação detalhando cada etapa desse processo estão disponíveis no repositório <https://github.com/LABHDUFBA/Anais-Anpuh> no Github.

Foi necessário o desenvolvimento de um segundo *script* seguindo a mesma lógica do anterior para encontrar os *papers* do 30 ° SNH da Anpuh, pois ainda não estavam disponíveis no site principal da associação, sendo necessária a busca no site específico deste evento.



Como resultado o *script* retorna para o usuário todos os pdfs disponíveis em todas as páginas de todos os SNH da Anpuh desde 1963 até 2017. São criadas pastas com o número de cada evento para o armazenamento dos arquivos em PDF, num total de 15.157 arquivos. O *script* também gera um arquivo CSV (*comma-separated values*) contendo os seguintes valores para cada *paper*: Autor(es)/Instituições, Título, Tipo, Evento, Ano, Link do Arquivo. Esse arquivo pode ser aberto como uma planilha e trabalhado em banco de dados.

Para essa pesquisa, filtramos os dados cronologicamente, a partir do 27º SNH no ano de 2013 (evento de fundação do Gtep). Esse novo *data set* filtrado cronologicamente conta com 6.434 arquivos em PDF. É importante lembrar que esse número corresponde aos trabalhos completos que foram publicados nos anais dos eventos dos anos de 2013, 2015, 2017 e 2019 e não do número de trabalhos submetidos, aprovados e apresentados no evento (sendo esse número muito superior).

Em seguida inserimos o *data set* no programa ATLAS.ti 7. O ATLAS.ti (*Archive of Technology, Life word and Language for Text Interpretation*) é um aplicativo categorizado como CAQDAS (*Computer Assisted Qualitative Data Analysis*) para apoio à pesquisa qualitativa de dados através da leitura computadorizada de diversas fontes digitais. É um software de código fechado, com direitos exclusivos, sendo necessário licença para uso. Sua criação partiu de um projeto em 1986, do professor Heiner Legewie, na Universidade Técnica de Berlim. Posteriormente, o software foi sendo aprimorado, culminando na diversidade de funcionalidades das versões atuais. (LEGEWIE, 2014 apud BRASIL e NASCIMENTO, 2022)

Dentre estas funcionalidades, podemos destacar a criação de códigos (*codes*) que são marcadores- normalmente uma palavra ou frase que sintetiza alguma compreensão teórica - para um conjunto de trechos selecionados (*quotations*). Estes códigos podem possuir códigos filhos e uma família de códigos, além de outras relações entre si. Estas redes de relações (*network*) também são uma funcionalidade passível de utilização para construção de objetos de análise, gerando árvores de códigos. Dispõe ainda de uma função para anotações (*memos*), sendo possível adicioná-la a qualquer um destes elementos. (Brasil e Nascimento, 2022)

Para a análise dos dados, criamos um projeto (no ATLAS.ti 7 definido como Unidade Hermenêutica) e inserimos todos os 6.434 PDFs coletados. Cada PDF nesta unidade é denominado de *Document ou Primary Document*. Destes 6.434 *Documents* precisávamos selecionar quais continham o termo pós-abolição. Para isso, utilizamos uma função denominada *Auto Coding*, que consiste em uma seleção automatizada de trechos (*quotation* ou citação) a partir de um elemento textual pré-definido manualmente. Utilizamos *regular expressions* (expressões regulares comumente utilizadas na computação como padrões variáveis de busca para identificação de um conjunto de caracteres que possuem um mesmo sentido ou valor) para que a codificação automatizada fosse mais precisa. Fizemos uso do operador | (que significa ou) entre um conjunto de expressões: pós-abolição | pos-abolição | pós-abolicionismo | pós-emancipação | pos-emancipação. Não foi necessário criar uma combinação para diferenciar caracteres maiúsculos e minúsculos pois o padrão do aplicativo é fazer a leitura do termo sem diferenciá-los, dispondo da função *Case Sensitive* para isto. Como nesse momento se tratava de uma estratégia para selecionar todos os arquivos que contivessem o termo, preferimos que todo o corpo do PDF fosse selecionado ao invés de parágrafos. Esse procedimento resultou na identificação de 185 PDFs.



Com a base de dados pronta, utilizamos a conceituação teórica sobre o pós-abolição para construir os códigos de análises, que sintetizam essas compreensões, os quais ficaram pré-definidos em famílias de códigos e códigos filho, gerando uma árvore de códigos. A árvore de códigos é a estrutura organizacional dos códigos, a lógica utilizada para expressar os conceitos que estes códigos representam e como eles se relacionam (BRASIL e NASCIMENTO, 2022). Entre as possibilidades de análises, está a de verificar a frequência desta relação e a interdependência destes elementos. Na árvore, é possível criar diferentes famílias de códigos, as famílias são os tipos de códigos. Assim, utilizamos códigos pais, que estão no topo dessa árvore, códigos filhos e, em alguns casos, códigos netos. Ambos são a ramificação de um código pai, e representam parte de uma mesma família, podendo também manter relações com códigos de outras famílias.

A codificação no Atlas.ti 7 resultou em uma árvore de códigos composta por quatro famílias. ANÁLISE_PÓS_ABOLIÇÃO: Famílias de códigos voltados para análise dos sentidos do termo pós-abolição, representa a etiqueta principal da análise. ELEMENTOS_TEXTUAIS: Família de códigos que identificam os elementos textuais, sendo eles os autores, formação, instituição, evento e título da publicação. REC_ESPACIAL: Família de código que identifica os espaços geográficos onde se desenvolve o tema central. REC_TEMPORAL: Família de código que representa o recorte temporal da pesquisa, o período que o tema central está se referindo. TEMÁTICA_GERAL: Família de código que define o tema ou os temas que estão sendo apresentados.

Com esse conjunto de códigos elaborados a partir tanto de nossas expectativas quanto da leitura dos dados, iniciamos a etapa de leitura próxima e análise de cada um dos 185 *papers*, buscando inserir os códigos nos trechos específicos que nos permitissem compreender de que maneira o pós-abolição tem sido tratado nas publicações da ANPUH desde a criação do GT Emancipações e Pós-abolição até 2019, bem como traçar o perfil dos autores, das instituições, as principais temáticas e em quais períodos. Buscamos com isto, colaborar com o debate sobre como este campo historiográfico vem se consolidando nos SNH e, conseqüentemente na historiografia nacional além de construir perguntas sobre quais caminhos os autores tem percorrido para tal diálogo.

Todos os dados referentes ao projeto “Pós-abolição: usos, sentidos e produções acadêmicas 2004-2019”, analisados aqui, estão no GitHub bem como o desenvolvimento da monografia. O projeto pode ser acessado na página do projeto PIBIC em:

https://github.com/ericbrasiln/pibic_2020-2021/tree/main/EDITAL_UNILAB

Os gráficos interativos e outros recursos podem ser vistos aqui:

https://ericbrasiln.github.io/pibic_2020-2021/pos-abolicao

A monografia pode ser acessada neste link:

<https://github.com/priscilavalverdes/TCC-Pos-abolicao>

4. Resultados obtidos

No primeiro *data set* filtrado a partir de 2013, resultaram 6.434 publicações completas. No *data set* final, após o recorte ser feito pelo termo, conforme especificado na metodologia, foram identificados 185 papers, o que representa do total 2.8% das publicações entre 2013 e 2019 no

Simpósio Nacional da ANPUH. Destas 185 publicações, 7 papers estavam duplicados e 1 vazio, resultando em 177 papers a serem analisados.

Esta seção não se propõe a construir análises qualitativas detalhadas sobre o pós-abolição a partir dos dados coletados, pretende-se um ponto inicial de pesquisa no qual buscamos refletir sobre possibilidades de construção epistêmica para o campo historiográfico do pós-abolição a partir da História Digital. Para isso, faremos o detalhamento dos dados encontrados e levantaremos alguns possíveis questionamentos sobre os mesmos. Queremos também apontar que embora o arcabouço teórico esteja apoiado na bibliografia sobre o pós-abolição, não questionamos o mesmo para entender o resultado obtido com os dados, em sentido inverso, levantamos hipóteses a partir dos dados obtidos orientados pelo que a bibliografia propõe. E por fim, de maneira alguma, queremos com isto concluir qualquer discussão sobre o campo, mas, apresentar uma metodologia que representa uma inovação para a historiografia no Brasil.

4.1 Eventos (Simpósios):

- Evento XXVII – Conhecimento Histórico e Diálogo Social (2013)
- Evento XXVIII – Lugares dos Historiadores: Velhos e Novos Desafios (2015)
- Evento XXIX – Contra os preconceitos - História e Democracia (2017)
- Evento XXX – História e o Futuro da Educação no Brasil (2019)

Referente ao evento XXVII, identificamos 60 papers com o termo; para o Evento XXVIII, 35; no Evento XXIX constavam 34; e, no Evento XXX, 46. Sobre a ocorrência do uso de termos sobre os eventos, não conseguimos identificar uma tendência, sobretudo sem a comparação com outros temas e termos no mesmo conjunto de dados.

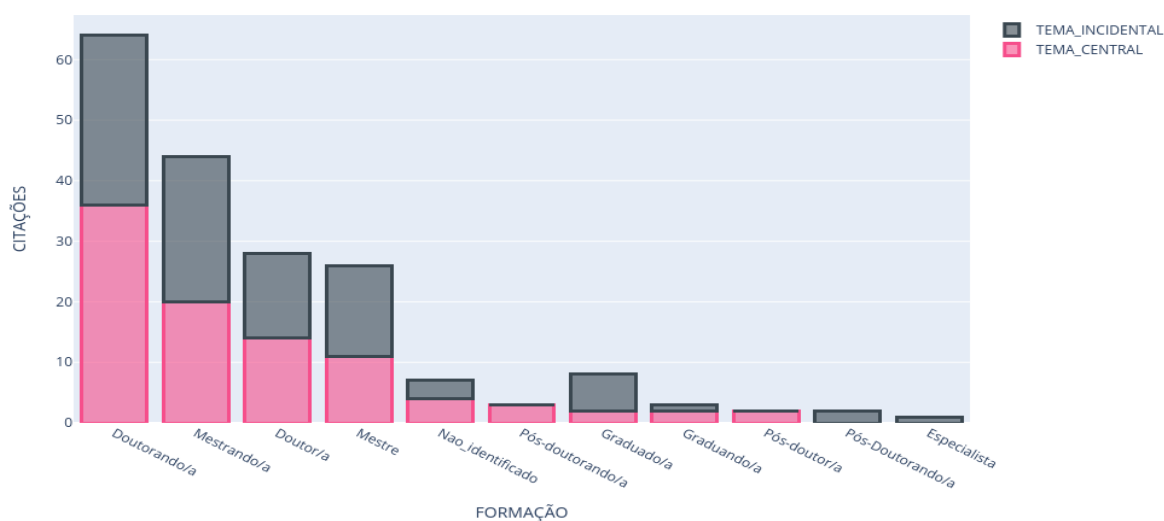
4.2 Instituições e autores:

Para caracterizar o perfil dos autores e instituições, nós criamos os códigos ELEMENTOS_TEXTUAIS::FORMAÇÃO, ELEMENTOS_TEXTUAIS::INSTITUIÇÃO e ELEMENTOS_TEXTUAIS::AUTORIA. Ambos são códigos filhos do código ELEMENTOS_TEXTUAIS. Identificamos um total de 173 autores, nos papers que tinha o pós-abolição como tema central, encontramos referente a formação: 2 graduandos, 2 graduados, 20 mestrandos, 11 mestres, 36 doutorandos, 14 doutores, 3 pós-doutorandos, 2 pós-doutores, nenhum especialista e 4 autores não tiveram formação identificada.

Nos de tema incidental, verificamos: 1 graduando, 6 graduados, 24 mestrandos, 15 mestres, 28 doutorandos, 14 doutores, 2 pós-doutorandos, 1 especialista, nenhum pós-doutor e 3 autores não tiveram a formação identificada. Previsão de 3% de margem de erro devido às publicações repetidas. Ver gráfico 1, a versão está interativa disponível em: https://ericbrasiln.github.io/pibic_2020-2021/pos-abolicao/graphs/formacao.html

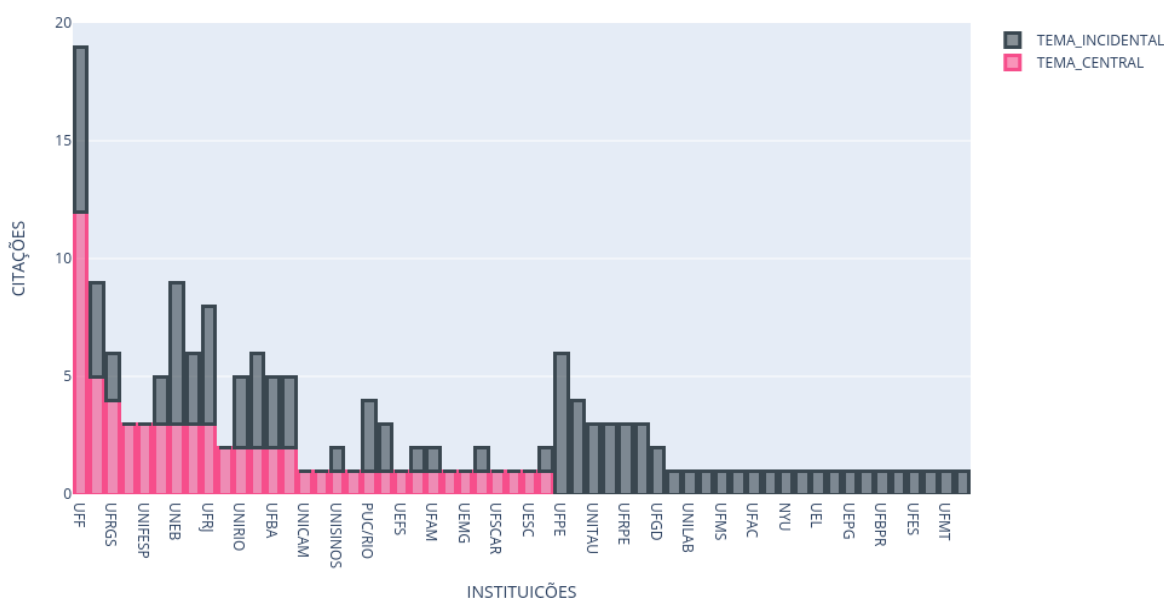


Gráfico 1. Usos do termo pós-abolição de acordo com a formação dos(as) autores



Das 53 instituições, referente aos papers identificados como tema central, encontramos o seguinte quantitativo: IFBA (1), UEFS (1), PUC/RIO (1), UDESC (1), UERJ (2), UESC (1), UEMG (1), UFF (12), UFBA (2), UFPB (2), UFAM (1), UFRJ (3), UFRGS (4), UFRRJ (5), UFS (3), UFSC (3), UFSCAR (1), UFSJ (1), UNEB (3), UNEMAT (1), UNESP (1), USP (2), UNIRIO (2), UNIFESP (3), UNICAMP (4), UNIRIO (1), UNIVAP (1), UNISANTOS (1), UNISINOS (1). Nos identificados como tema incidental são contemplados: IFPE (1), IFBA (1), IFAL (1), NYU (1), PUC/RIO (3), PUC/SP (3), UDESC (2), UEL (1), UECE (1), UERJ (3), UEM (1), UFAC (1), UEPG (1), UFAM (1), UFERSA (1), UFBA (3), UFF (7), UFBPR (1), UFES (1), UFRJ (1), UFJF (4), UFPE (6), UFMS (1), UFPA (1), UFGD (2), UFMT (1), UFPE (6), UFRJ (3), UFPA (1), UFRPE (3), UFRGS (2), UFPEL (1), UFPR (2), UNEB (6), UFSC (3), UFRRJ (4), UNEAL (1), UFSJ (1), USP (4), UNIRIO (3), UNICAMP (2), UNILAB (1), UNISINOS (1), UNITAU (3), UNESP (1), USS (1). Ver gráfico 2, versão interativa disponível em: https://ericbrasiln.github.io/pibic_2020-2021/pos-abolicao/graphs/instituicoes.html

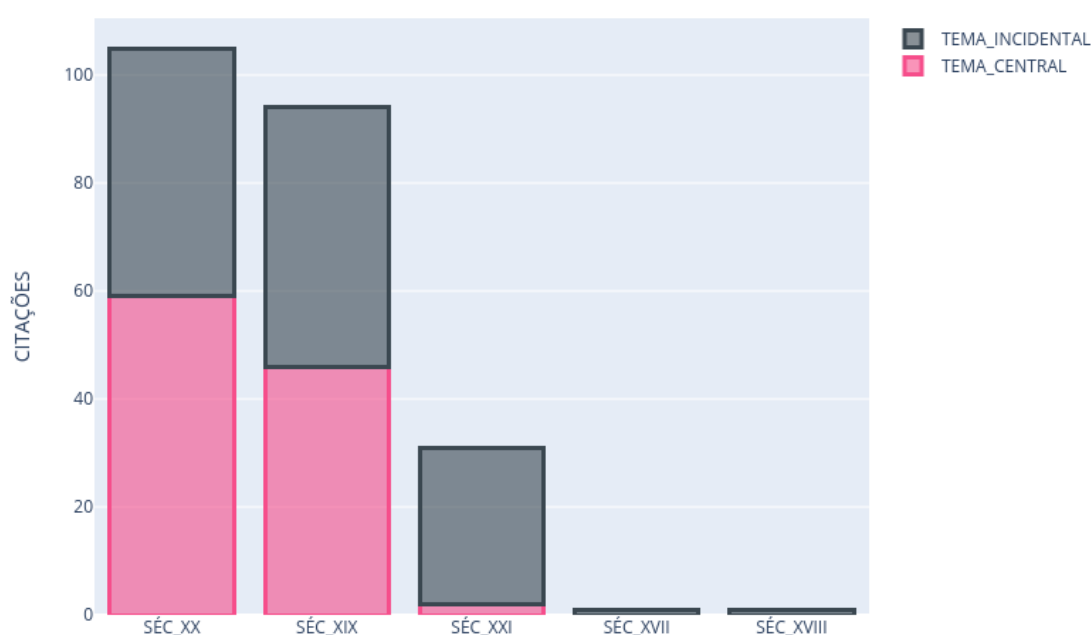
Gráfico 2. Usos do termo pós-abolição de acordo com instituições dos(as) autores(as)



4.3 Recorte temporal:

Inicialmente prevemos fazer o recorte temporal conforme os tempos históricos, no entanto, ao percebermos que os papers muitas vezes tratavam de um tempo que não se enquadrava no tempo cronológico do tempo histórico, decidimos fazer o recorte temporal por séculos. Assim, criamos códigos para os séculos, XVII (1), XVIII (1), XIX (95), XX (106), XXI (30). Sendo que os papers de tema central trataram sobre os séculos XIX (46), XX (59), XXI (2) e os de tema incidental trataram sobre os séculos XVII (1), XVIII (1), XIX (48), XX (46), XXI (29). Ver gráfico 3, a versão está interativa disponível em: https://ericbrasiln.github.io/pibic_2020-2021/pos-abolicao/graphs/bar_tem.html

Gráfico 3. Usos do termo pós-abolição de acordo com o recorte temporal



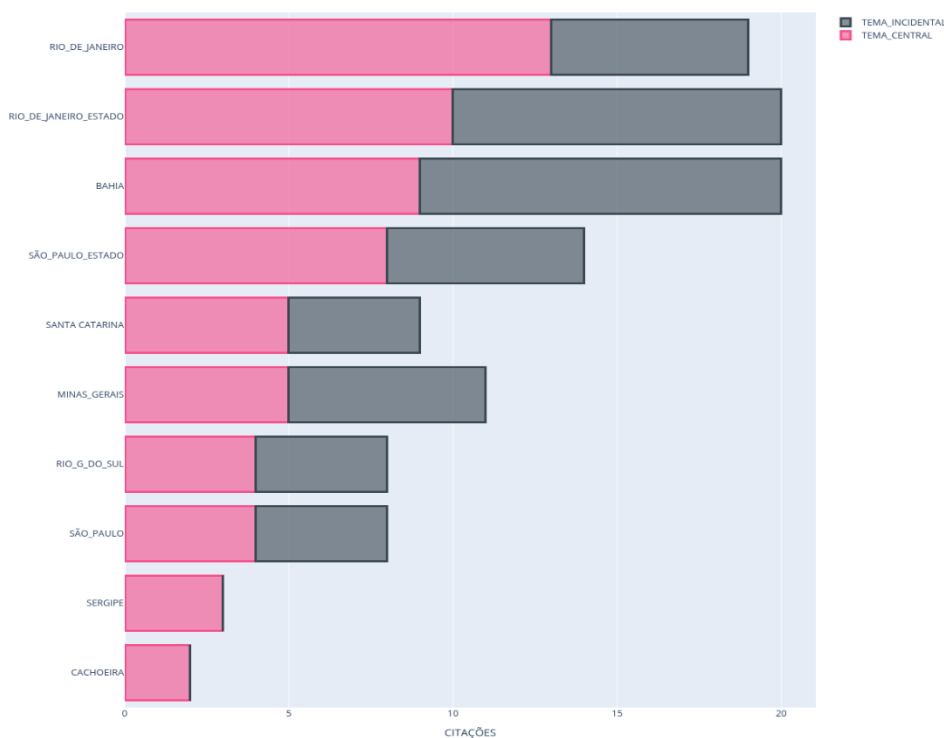
Sobre o recorte temporal, a maioria das publicações tratavam sobre os séculos XX (46%), XIX (40%) e o século XXI (cerca de 12%) - que embora seja uma diferença razoável em relação aos anteriores, ainda assim é um valor expressivo. Esse resultado, analisado no primeiro momento confirma o que supõem Petrônio Domingues e Flávio Gomes de que boa parte dos historiadores que discutem o pós-abolição no Brasil, apontam para um período difícil de ser enquadrado em um tempo histórico definido por datas fixas, possivelmente iniciado na década de oitenta do século XIX, indo até o período de redemocratização no século XX, constituído por agentes e espaços variados (DOMINGUES E GOMES, 2011). Porém, gostaríamos de colocar algumas ressalvas do que uma análise mais detalhada poderia indicar: precisaríamos nos certificar sobre quais décadas do século XIX os autores dos papers estão tratando, pois, poderiam resvalar em períodos anteriores, o que levaria a pensar o campo a partir de um contexto mais amplo, como um período que refere-se às emancipações não necessariamente à abolição da escravidão, principalmente pela quantidade de alforrias existentes no Brasil na data da abolição, tanto por Leis como a do Ventre Livre (1871), quanto por estratégias pessoais de liberdade anteriores a década de 1880.

Poderíamos refletir também, se o pós-abolição é um período finalizado com a redemocratização no Brasil na década de 1980, ou se ainda são percebidas continuidades, mas não podemos fazer afirmações pelas mesmas razões anteriores. No entanto, a incidência do termo no século XXI, embora apareça na maioria das vezes nas publicações com tema incidental (29), e sejam relacionadas à políticas públicas voltadas para as populações afro-brasileiras, boa parte, com referência a Lei 10.639/2003(12), podem denunciar a existência de lacunas que não foram sanadas pelo processo de abolição, mesmo no âmbito educacional, o que a implementação da própria Lei denuncia, apontando a abolição como um projeto inacabado.

4.4 Recorte espacial:

Os dez principais espaços identificados pela análise entre as publicações de tema central e incidental são: Rio de Janeiro (19), Estado do Rio de Janeiro (20), Bahia (20), São Paulo (8), Estado de São Paulo (14), Santa Catarina (9), Minas Gerais (11), Rio Grande do Sul (8), Sergipe (3) e Cachoeira (2). Ver gráfico 4, a versão está interativa disponível em: https://ericbrasiln.github.io/pibic_2020-2021/pos-abolicao/graphs/bar_esp_10_novo.html

Gráfico 4. Usos do termo pós-abolição de acordo com o recorte espacial



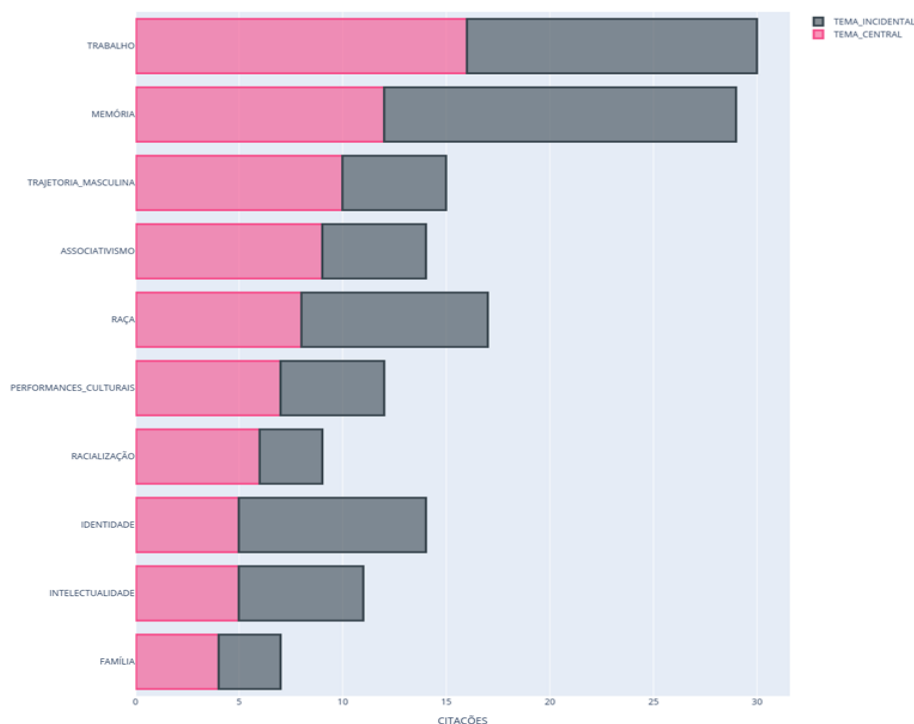
Nos papers de tema central identificamos o seguinte quantitativo: Rio de Janeiro (13), Estado do Rio de Janeiro (10), Bahia (9), São Paulo (4), Estado de São Paulo (8), Santa Catarina (5), Minas Gerais (5), Rio Grande do Sul (4), Sergipe (3) e Cachoeira (2). Para os de tema incidental, identificamos: Rio de Janeiro (6), Estado do Rio de Janeiro (10), Bahia (11), São Paulo (4), Estado de São Paulo (6), Pernambuco (5), Santa Catarina (4), Minas Gerais (6), Mato Grosso (4) e Rio Grande do Sul (4).

Diante da variedade de formas de identificação territorial que compõem a geografia brasileira, foi difícil caracterizar o recorte espacial a partir da descrição dos papers, pois, algumas publicações descreviam o território como um conjunto de estados ou regiões. Sobre o recorte espacial, buscamos identificar quais espaços geográficos serviram como cenário para apresentar o conjunto de ações e atores que se desenrolam nos papers. Uma hipótese relevante a partir da observação dos dados seria buscarmos entender se há alguma relação das temáticas tratadas no pós-abolição com a concentração da população egressa do cativo próprio daquele espaço geográfico ou em decorrência de processos migratórios após a abolição. Ou, se as temáticas indicam apenas preferência de pesquisa relacionada ao perfil da instituição na qual os autores desenvolveram sua formação ou ao seu nível de carreira. Além disso, pode indicar certa relevância para perceber o envolvimento histórico da região com o período e de que maneira isto poderá impactar na pesquisa histórica regional e na relação dela com a historiografia nacional, sobretudo refletindo sobre a disponibilidade de fontes na localidade. Podemos perceber inicialmente que aos três primeiros Estados ranqueados no gráfico se tratavam de localidades com importante concentração de população negra escravizada (Rio e Bahia) ou de intenso processo migratório durante o período colonial e dos anos iniciais da República (São Paulo). Contudo, não há dados no momento para confirmar essa ligação, embora seja notório como estas regiões se destacaram quantitativamente.

4.5 Recorte temática:

Analisados em conjunto, os papers de tema central e incidental apresentam dez temáticas mais relevantes, sendo: trabalho (30), memória (29), raça (17), trajetória masculina (15), associativismo (14), identidade (14), performances culturais (12), intelectualidade (11), racialização (9), e família (7). Ver gráfico 5, versão interativa disponível em: https://ericbrasiln.github.io/pibic_2020-2021/pos-abolicao/graphs/bar_tema_10.html

Gráfico 5. Usos do termo pós-abolição de acordo com o recorte temática



Para ilustrar las cuestiones descritas, desarrollaremos los análisis de la movilidad, donde podemos aportar ejemplos propios y describiendo sus partes. Partimos de la teoría, para ver las prácticas más habituales, cual es el estado actual de su uso y potencialidades futuras.

As dez temáticas das publicações de tema central são: trabalho (16), memória (12), trajetória masculina (10), associativismo (9), raça (8), performances culturais (7), racialização (6), identidade (5), intelectualidade (5) e família (4). As dez temáticas das publicações de tema incidental são: Educação (20), memória (17), Trabalho (14), Lei 10639/11645 (12), Identidade (9), Raça (9), Ensino de História (9), Quilombos (7), intelectualidade (6), Periódicos (6).

Relacionado às temáticas, observamos que as três principais nas publicações de tema central referem-se a “trabalho”, “memória” e “trajetória masculina”.

A temática “trabalho” justifica-se pelo campo do mundo do trabalho ser um dos que mais se discute no período republicano devido as mudanças relacionadas ao processo de produção que eclode no século XX. Com o fim da escravidão e os debates sobre o trabalho, direitos e cidadania, as questões sobre inserção do negro do mercado de trabalho e na sociedade republicana fazem-se de extrema relevância para estudar o pós-abolição e os projetos de nação. Embora, enquanto campo historiográfico, “até a década de 1990, aproximadamente, apenas a marginalização dos libertos no mercado de trabalho pós-emancipação era enfatizada nas análises historiográficas” (RIOS; MATTOS, 2004). Recentemente artigos como de Álvaro Nascimento vem apontando a existência de um campo vasto de pesquisa para refletir sobre os negros no mercado de trabalho nesse período.

A temática “memória” apareceu como a segunda mais evidente nos papers. Podemos refletir sobre a mudança do processo de escrita da história. Por muito tempo, a historiografia nacional esteve pautada em apresentar o pós-abolição a partir de um projeto de nação, da ótica da elite (RIOS; MATTOS, 2004). Tratar sobre memória, entendemos ser o que permite aos descendentes dos egressos do cativo estarem inseridos na construção da historiografia nacional, dado os projetos educacionais falidos da elite que marcaram a Primeira República, recorrer a memória de uma população analfabeta ou “semialfabetizada” é a maneira de reconstruir a história vista por uma outra vertente.

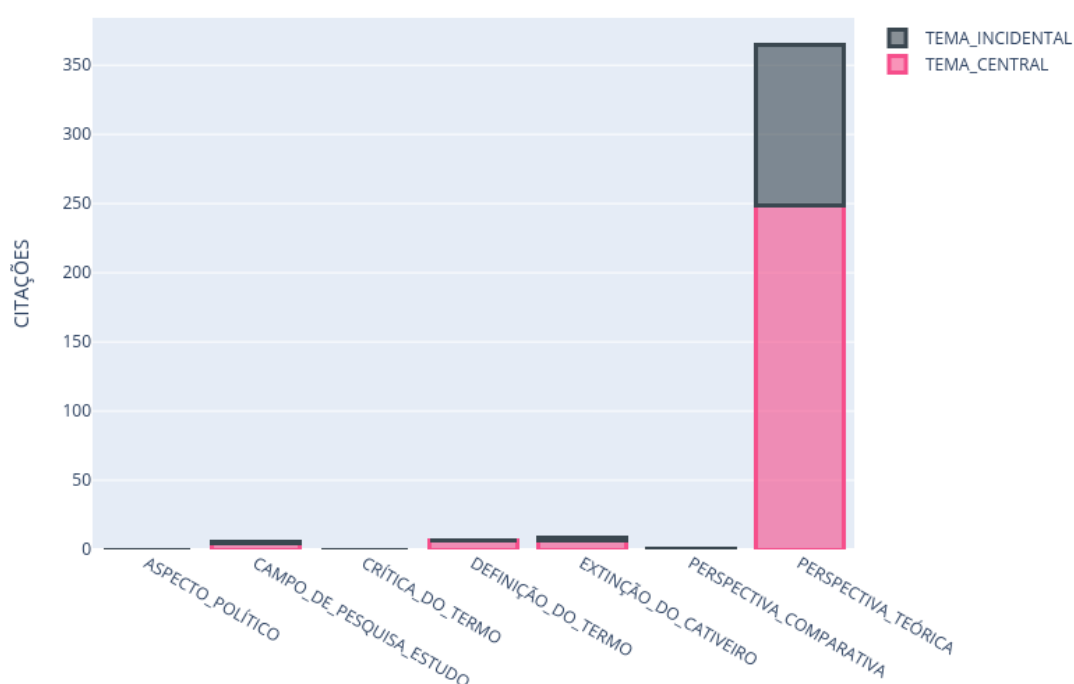
A temática “trajetória masculina”, é uma tendência de escrita que segue as concepções da Micro-História de Carlo Ginzburg e Giovanni Levi. Devido a interesses futuros de pesquisa relacionadas à questões de gênero, preferimos fragmentar a etiqueta “trajetória” em “trajetória masculina (15)”, “trajetória feminina (0)” e “trajetórias (5)” e gostaríamos desde já de apontar que embora as trajetórias coletivas apontem em certa medida o papel feminino, no âmbito das trajetórias individuais nenhuma foi identificada, o que confere um dado relevante a ser analisado posteriormente. O que não nos impediu de refletir sobre o estudo das trajetórias negras no pós-abolição serem uma maneira de humanizar o negro que sofreu o empenho de desumanização e coisificação tanto pelo processo de escravização quanto por parte da historiografia e, restituí-lhe seu espaço agente ativo no processo histórico.

4.6 Pós-abolição:

Nos 175 papers, o termo foi mencionado 388 vezes, sendo 268 identificados nas publicações no qual o pós-abolição representa o tema central (ANÁLISE_PÓS-ABOLIÇÃO::TEMA_CENTRAL) e 120 vezes em que representa o tema incidental (ANÁLISE_PÓS-ABOLIÇÃO::TEMA_INCIDENTAL). Para dar mais especificidade a análise, criamos ainda os códigos ANÁLISE_PÓS-ABOLIÇÃO::TEMA_INCIDENTAL_CORPO e ANÁLISE_PÓS-ABOLIÇÃO::TEMA_INCIDENTAL_RODAPE_BIBLIOGRAFIA para identificação em caso de menção do termo incidentalmente, como nas notas bibliográficas, em títulos de publicações, leis, etc. E ainda, a etiqueta ANÁLISE_PÓS-ABOLIÇÃO::NOTA_RODAPÉ, para especificar a utilização do termo em notas explicativas de rodapé. Como se tratava de contabilizar a incidência dos termos, esta divisão fez-se necessária para dar suporte às reflexões sobre o quantitativo de publicações com ocorrência do termo principalmente nas identificadas como tema incidental.

Para a definição da árvore de código da família ANÁLISE_PÓS_ABOLIÇÃO, que constitui a análise central, buscamos sistematizar possíveis usos do termo conforme as discussões próprias do campo. Assim, criamos códigos que pudessem identificar o termo sendo utilizado com sentido: político, comparativo, campo de pesquisa, crítica do termo, definição do termo, extinção do cativo, perspectiva comparativa e teórica. Ver gráfico 6, versão interativa disponível em: https://ericbrasiln.github.io/pibic_2020-2021/pos-abolicao/graphs/bar_analise.html

Gráfico 6. Usos do termo pós-abolição: análise do sentido



Para os papers identificados como tema central, a análise resultou em 249 citações com sentido teórico (PERSPECTIVA_TEÓRICA), 7 como definição do termo (DEFINIÇÃO_DO_TERMOS), 7 como extinção do cativo (EXTINÇÃO_DO_CATIVEIRO) e 5 como (CAMPO_DE_PESQUISA_ESTUDO); não sendo utilizado como aspecto político (ASPECTO_POLÍTICO), crítica do termo (CRÍTICA_DO_TERMOS), nem perspectiva comparativa (PERSPECTIVA_COMPARATIVA). Dentre as citações, 11 ocorrências estavam na nota de rodapé.

Nos identificados como tema incidental, encontramos 116 citações com sentido teórico (PERSPECTIVA_TEÓRICA), 2 como extinção do cativo (EXTINÇÃO_DO_CATIVEIRO), 1 (CAMPO_DE_PESQUISA_ESTUDO) e 1 como perspectiva comparativa (PERSPECTIVA_COMPARATIVA); não sendo utilizado como aspecto político (ASPECTO_POLÍTICO), definição do termo (DEFINIÇÃO_DO_TERMO), nem como crítica do termo (CRÍTICA_DO_TERMO). Dentre as citações, 04 ocorrências estavam na nota de rodapé. As demais foram identificadas na bibliografia ou de maneira incidental no corpo, como em títulos de publicações, etc.

Em relação à análise do pós-abolição, tanto nos papers onde o pós-abolição era a temática central quanto incidental, encontramos ocorrências, embora com menor incidência que tratavam o pós-abolição como o fim do trabalho escravo, sob a forma de extinção do cativo e enquanto um campo de pesquisa e de estudos historiográfico. Apenas os papers de tema central definiram o termo, enquanto apenas encontramos ocorrência de perspectiva comparativa em temática incidental. Em ambos não identificamos ocorrência da utilização do termo com aspecto explicitamente político, embora algumas temáticas tratassem de elementos que representavam elementos políticos para uma determinada população no pós-abolição. Não identificamos o uso a partir de uma crítica.

Observamos, contudo, que uma maioria significativa de citações trata o pós-abolição enquanto uma perspectiva teórica ampla e pouco definida para o leitor, tanto nas publicações de tema central quanto nas de tema incidental, embora tenha existido uma significativa diferença na quantidade de ocorrências. Isso era esperado pois, as publicações de temática incidental não objetivavam tratar sobre o termo. Entendemos por ‘perspectiva teórica’ o uso do termo a partir de diversos elementos sem definição ou conceituação do mesmo, no qual conseguimos apenas identificá-lo como campo historiográfico sem maiores especificidades. Ou seja, o termo pós-abolição é empregado sem ser acompanhado de uma explicitação dos seus sentidos; aparece como uma abordagem teórica que pauta a análise sem um detalhamento conceitual. Assim, a “perspectiva teórica” aparece como um código que reuniu papers em que o pós-abolição servia como enquadramento da pesquisa. Esse foi o caso de 96% das ocorrências. Embora tenha existido diferenças quantitativas em relação a utilização do termo, a análise qualitativa apontou uma convergência em seu uso nessas publicações.

Essa análise indica que o campo, embora esteja consolidado, carece de discussões metodológicas e conceituais mais explícitas. Os usos do termo nos papers da ANPUH nos levam a avaliar que, apesar de sua importância, existe pouca precisão em sua definição e pouco cuidado teórico reflexivo por parte de autores e autoras na explicitação do seu entendimento sobre os sentidos epistemológicos do uso do pós-abolição em suas publicações.

Conclusões

Embora as pesquisas em meios digitais nos ofereçam uma infinidade de possibilidades, também nos impõem limitações que devem ser enfrentadas. Referente a nossa pesquisa, o tempo foi um dos fatores limitantes diante da necessidade de formação para utilização das ferramentas digitais requerer um esforço maior de aprendizagem. Embora parte das formações estivessem previstas no plano de trabalho do projeto, ao longo do desenvolvimento da pesquisa e do TCC

foi necessário desenvolvermos habilidades com outras ferramentas, como o Git e o Github, o que dificultou a possibilidade de analisarmos os dados com maior profundidade neste momento. Com o uso das ferramentas, é necessário também entender os impactos das mesmas e como elas estão estruturadas para conseguirmos mapear possíveis viesamentos da pesquisa. Um outro fator refere-se ao recurso. Alguns softwares não são gratuitos, sendo necessário uma licença privada para uso. Por fim, como o campo das Humanidades Digitais ainda está em consolidação no Brasil, um fator limitante é a dificuldade de acesso à discussões e tutorias sobre a incorporação das ferramentas que são próprias de outras áreas na pesquisa em humanidades.

Sobre a caracterização das publicações, percebemos maior incidência de autores que eram mestrands e doutorandos do que mestres, ou doutores. Observamos com isso que o termo tem sido muito usado por acadêmicos em formação, o que pode ser um indicativo de que o termo terá ainda muita produção nos próximos anos. Identificamos 53 instituições de Ensino Superior, mais de 95% delas são públicas. Esses dados, sobretudo em um projeto governamental como o que temos visto recentemente, que tem tentando devastar o ensino público, principalmente no que tange às disciplinas relacionadas às Humanidades, é um indicador da importância de financiamento por parte do Estado às políticas públicas para garantir educação de qualidade e possibilitar a manutenção da produção historiográfica nacional.

Como já mencionado, a variedade das temáticas expressa as diversas possibilidades de caminho para estudar o pós-abolição, que embora esteja em ascensão, ainda deixam um campo vasto de estudo em aberto, como nos alertou Hebe Matos e Ana Lugão Rios há quase duas décadas. Percebemos a preferência dos autores por elementos e metodologias suscitadas pela História Social e pela Micro-História, sobretudo quando analisamos o quantitativo de trajetórias.

A análise do conjunto dos dados, principalmente pela baixa incidência de utilização do termo pós-abolição com um sentido específico, sendo apresentado na maior parte enquanto uma perspectiva teórica ampla, indica que o campo, embora esteja consolidado, carece de discussões metodológicas e conceituais mais explícitas.

Por fim, percebemos na prática do desenvolvimento da pesquisa algumas questões sobre a utilização de uma metodologia que se aproprie de ferramentas digitais. Primeiro, é inimaginável pensar em coletar 6.434 pdfs de maneira individualizada, evento por evento, sem a utilização de ferramentas automatizadas de coleta de dados da web. Certamente levaríamos meses para conseguir alcançar esse volume de dados e, findada a coleta, o empenho nas buscas estaria resumido a base de dados que, possivelmente se transformaria em um único acervo pessoal. Com o script, além da coleta ocorrer em apenas algumas horas e os erros e problemas no processo serem reduzidos e registrados, o mesmo poderá ser utilizado por outros pesquisadores de maneira a gerar diversas bases de dados e, ainda, com alguma habilidade em programação, poderá ser adaptado para coletar dados em outras páginas.

Segundo, é indiscutível que a utilização delas foi o que nos permitiu analisar o volume de dados da pesquisa e responder as perguntas propostas. Sem um software de apoio a pesquisa qualitativa que nos ajudasse a codificar os trechos e a identificá-los em um mesmo grupo de dados seria impraticável agrupar estas informações de maneira organizada e passível de consultas recorrentes.

E em terceiro lugar, o que acreditamos fundamental para o desenvolvimento educacional, a possibilidade de acesso aos dados. A biblioteca pública História Digital no Zotero permite a difusão de conhecimentos em uma escala que possivelmente uma biblioteca fora do ambiente virtual não propiciaria, além do Zotero ter otimizado o tempo na construção do referencial teórico da pesquisa, nas citações e nas referências. O GitHub e o Git permitiram a publicização de todos os dados e processos da pesquisa para consulta, o que sem eles estaria limitado ao repositório da universidade apenas como dados tratados descritos na metodologia da monografia.

Diante do exposto, concluímos que a utilização de uma metodologia híbrida no desenvolvimento de pesquisa nas áreas de Humanidades tornou-se fundamental para suscitar novos questionamentos e os usos do termo pós-abolição nos papers da ANPUH nos levam a avaliar que, apesar de sua importância, existe pouca precisão em sua definição e pouco cuidado teórico reflexivo por parte de autores e autoras na explicitação do seu entendimento sobre os sentidos epistemológicos do seu uso.

REFERENCIAS

- BLOCH, Marc. *Apologia da história: Ou o ofício do historiador*. 1ª edição ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- BRASIL, Eric. *Carnavais Atlânticos: Cidadania e Cultura Negra no pós-abolição do Rio de Janeiro, Brasil e Porto de Espanha, Trinidad (1838-1920)*. Doutorado, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1806.pdf>
- BRASIL, Eric. Moysés Zacharias: carnaval, cidadania e mobilizações negras no Rio de Janeiro (1900-1920). Em: ABREU, Martha; XAVIER, Giovana; MONTEIRO, Livia; BRASIL, Eric. (orgs). *Cultura negra: trajetórias e lutas de intelectuais negros*. 1. ed. Niterói: EdUFF, 2018, v. 2. 2v.
- BRASIL, Eric.; NASCIMENTO, Leonardo Fernandes. História digital: reflexões a partir da Hemeroteca Digital Brasileira e do uso de CAQDAS na reelaboração da pesquisa histórica. *Revista Estudos Históricos*, v. 33, n. 69, pp. 196–219, 2020.
- BRASIL, Eric; ANDRADE, Gabriel; NASCIMENTO, Leonardo Fernandes. *Script Anais-Anpuh*. Disponível em: <http://rgdoi.net/10.13140/RG.2.2.34653.03048> DOI: 10.13140/RG.2.2.34653.03048
- BRASIL, Eric; NASCIMENTO, Leonardo Fernandes. Por uma história social digital: o uso de CAQDAS na pesquisa e escrita da História. Em: Barros, José D’Assunção (org.) *História Digital: a historiografia diante dos recursos e demandas de um novo tempo*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2022.
- CARDOSO, Oldimar Ponte. *et al.* Comparação de megadados das duas revistas da Anpuh ou Introdução à ciência aberta para historiadores. *Revista História Hoje*, v. 10, n. 21, pp. 134–155, 2021.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. [s.l.] Editora Companhia das Letras, 2011.
- CRYMBLE, Adam. *Technology and the Historian: Transformations in the Digital Age*. Urbana: University of Illinois Press, 2021.
- FORTES, Alexandre; ALVIM, Leandro Guimarães Marques. Evidências, códigos e classificações: o ofício do historiador e o mundo digital. *Esboços: histórias em contextos globais*, v. 27, n. 45, pp. 207–227, 2020.
- GOMES, Flávio; DOMINGUES, Petrônio. *Experiências da emancipação: biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição*. 1ª edição ed. São Paulo, SP: Selo Negro Edições, 2011.

- JENSEN, Helle. Digital Archival Literacy for (all) Historians. *Media History*, v. 0, n. 0, pp. 1–15, 10 jun. 2020.
- LUCCHESI, Anita. *Digital history e Storiografia digitale: estudo comparado sobre a escrita da história no tempo presente (2001-2011)*. Mestrado-Rio de Janeiro: UFRJ, 2014.
- LUCCHESI, Anita; SILVEIRA, Pedro Telles da; NICODEMO, Thiago Lima. Nunca fomos tão úteis. *Esboços: histórias em contextos globais*, v. 27, n. 45, pp. 161–169, 2020.
- NASCIMENTO, Leonardo. Combinando webscraping em R e ATLAS.ti na pesquisa em ciências sociais: as possibilidades e desafios da sociologia digital. 18º Congresso Brasileiro de Sociologia, 2017.
- RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. *Topoi*, v. 5, pp. 170–198, 2004.
- ROCKWELL, George; PASSAROTTI, Marco. *The Index Thomisticus as a Big Data Project*. *Umanistica Digitale*, No 5, 2019.
- SALGANIK, Matthew. *Bit by bit: social research in the digital age*. Princeton: Princeton University Press, 2018.
- SILVA, Eduardo. Graziosi; ANDRETTA, Pedro Ivo Silveira; RAMOS, Renan Carvalho. Novas práticas na gestão de informação bibliográfica: estudo sobre a capacidade de gestores de referências no cotidiano dos estudantes, pesquisadores e bibliotecários. *Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina*, v. 16, n. 2, pp. 419- 445, 2011.
- SILVA, Fernanda de Oliveira. *As lutas políticas nos clubes negros: culturas negras, racialização e cidadania na fronteira Brasil-Uruguaí no pós-abolição (1870-1960)*. Doutorado—Porto Alegre: UFRGS, 2017.
- SOUTHERTON, Clare. Datafication. Em: SCHINTLER, Laurie.; MCNEELY, Connie. (Orgs.). *Encyclopedia of Big Data*. Cham: Springer International Publishing, pp. 1–4, 2020.
- VALVERDE, Priscila. *Entre o Pós-Abolição e a História Digital: usos e sentidos do termo pós-abolição nos Simpósios Nacionais de História da ANPUH (2013 - 2019)*. Trabalho de Conclusão de Curso, UNILAB, São Francisco do Conde, BA, 2022. Disponível em: <https://priscila-valverdes.github.io/TCC-Pos-abolicao/>

